

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA: A ACADEMIA E O FEMININO EM ATUAÇÃO DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945)

Ilda Renata Andreatta Sesquim

Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (Bolsista Capes)

ildasesquim@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho visa apresentar os esboços iniciais da pesquisa de mestrado onde propomos um estudo sobre a atuação da União Universitária Feminina (U.U.F.) entre os anos de vigência da ditadura varguista (1937-1945) no intuito de analisar como a questão feminina foi tratada por mulheres no meio acadêmico brasileiro durante esse período de repressão. Chama-nos atenção como a questão feminina foi articulada durante o Estado Novo, momento caracterizado pela acentuada redução dos direitos políticos e pela recessão das manifestações sociais e dos movimentos de mulheres. Um dos problemas que se coloca a esta pesquisa reside, portanto, em compreender, através da atuação da União Universitária Feminina, como esses três pilares, academia, feminino e política, foram articulados ao longo dos anos de permanência da ditadura varguista. Dessa forma, a pesquisa busca analisar a trajetória da U.U.F. e as estratégias por ela adotada a fim de identificar quais foram os temas e debates mais importantes presentes em seu interior, buscando entender como o cenário político, inserido no contexto patriarcal e machista da sociedade e reprodutor desta condição, influenciou em sua atuação.

Palavras-chave: União Universitária Feminina; Mulheres; Estado Novo.

Introdução

Ser mãe, esposa e dona de casa foi por muito tempo considerado o destino natural das mulheres, de modo que a maternidade, o casamento e a dedicação ao lar faziam parte de um conjunto de atribuições que marcaram a construção de uma suposta “essência feminina”. Sem grandes possibilidades de contestação desse modelo vitoriano de comportamento, e partindo do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pressuposto de que a realização feminina deve dar-se exclusivamente através dos filhos e do marido, as mulheres, conforme aponta Rago (1985), foram submetidas a uma intensa desvalorização profissional, política e intelectual de modo que ainda hoje é impossível pensar a História das Mulheres sem considerar esses fortes traços impostos aos seus sujeitos.

Como esse modelo foi responsável por determinar as condutas e opções de grande parte do contingente feminino, podemos observar que até a década de 1930, as mulheres não haviam ainda penetrado em números significativos nas escolas superiores. De acordo com as estatísticas apresentadas por Saffioti (1976)¹, quando os cursos superiores não estavam fechados à participação das mulheres, nota-se que a representação feminina, se comparada ao contingente de participação masculina, concentrava-se em áreas menos valorizadas socialmente, a exemplo das Faculdades de Farmácia, curso expressivamente desvalorizado na época. Assim, fora do lar, o campo de atuação da mulher foi restringido por vezes a atividades de importância secundária que as colocavam à margem de qualquer processo decisório.

Com base nessas problemáticas, o objetivo da pesquisa em questão é analisar as táticas de como a pauta de gênero foi empregada pelas mulheres em atividade nas instituições de Ensino Superior durante o Estado Novo. Acreditamos que explorar a atuação da União Universitária Feminina seja um meio de pensar como essa questão foi percebida pelas mulheres intelectuais no meio acadêmico brasileiro. O enfoque desta análise durante os anos de vigência da ditadura varguista (1935-1945) se justifica por dois motivos: o primeiro, por esse ter sido um dos períodos mais intensos de atividades da U.U.F., que se constituirá aqui como nosso objeto de estudos, e o segundo, por se tratar de um período político caracteristicamente marcado pelo autoritarismo e pela repressão, onde as manifestações políticas ou com objetivos distintos aos do governo estavam sujeitas à censura.

Com base no objetivo apontado anteriormente, dada a relativa ausência de bibliografia sobre a U.U.F., para analisar tal objeto teremos como fontes textos de periódicos, dentre eles revistas e jornais, que relatem a trajetória da agremiação entre anos de 1937 a 1945. Dentre esses materiais, podemos citar a Revista de Cultura e Técnica, órgão oficial da agremiação ativo

¹ Extraído de Estatística Escolar de 1930. Diretoria Geral de Ensino do Estado de São Paulo. SECCÃO DE ESTADÍSTICA E ARQUIVO, Publicação n. 1, junho de 1931, p. XVII. In: SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**; prefácio /de/ Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis, Vozes, 1976. p. 218-219.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

entre os anos de 1937 a 1939, disponível no Acervo da Biblioteca Nacional e na Coleção de Periódicos especiais da Biblioteca Mário de Andrade. Nossas perspectivas teóricas e metodológicas, portanto, dizem respeito a interpretações que orientarão a pesquisa em relação ao campo de estudo da História das Mulheres e no tocante ao uso dos periódicos como fontes de estudos históricos.

A História das mulheres e o fazer historiográfico

A História das mulheres no Brasil, marcada por uma intensa distinção social e normatização dos papéis e identidades de gênero estabelecidos aos sexos, foi caracterizada por um árduo caminho de restrições e silenciamentos. Com a inserção das mulheres no universo acadêmico², ocorrido a partir do vagaroso acesso à educação formal, essas distâncias entre os gêneros passaram a diminuir gradativamente. Entretanto, vários foram e ainda são os desafios enfrentados pelo sexo feminino ao tentar romper com o modelo passivo de feminilidade e se afirmar enquanto personagens históricas integrantes e atuantes no meio social.

Embora mulheres de classes mais favorecidas, como é o caso do contingente feminino com acesso ao ensino superior nas décadas de trinta e quarenta, tivessem a remota possibilidade de se expressarem através de jornais, artigos e livros, as dificuldades para reconhecer suas estratégias e formas de resistência ainda permanecem. Nesse sentido, estudar essa mobilização feminista nos leva, antes de tudo, à necessidade de refletir sobre a forma como a mulher, tanto enquanto intelectual como enquanto sujeito histórico, tem sido retratada pela historiografia.

É evidente que, como aponta Maria da Glória de Oliveira,

[...] a produção de autoria feminina não se configurou como tema privilegiado e frequente da história da historiografia, mantendo-se, em larga medida, como o “outro” silenciado, marginal e periférico nos cânones historiográficos e na memória disciplinar. (OLIVEIRA, 2018, P.104).

² Atualmente os estudos sobre a condição das mulheres intelectuais no Brasil têm ganhado grande espaço dentro do campo de pesquisa da História. Um dos recentes exemplos desses estudos é o artigo *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia*, de Maria da Glória de Oliveira, publicado em setembro de 2018 pela Revista História da Historiografia. Nesse artigo, a autora fala mais detalhadamente sobre a condição enfrentada pelas mulheres dentro da academia, principalmente no que diz respeito à invisibilidade das produções de autoria feminina no campo da história intelectual.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Mesmo que nas últimas décadas as categorias de gênero tenham se tornado mais presentes no campo historiográfico, através de estudos que têm buscado colocar essas questões no centro dos debates, pode-se dizer que essas categorias ainda “vivem as instabilidades dos sentidos que lhes são atribuídos, resultado de lutas dentro do próprio campo” (PEDRO, 2011, p. 277). De modo geral, as questões femininas e o estudo das intelectuais recebem pouca visibilidade na historiografia e raramente se configuram como um tema de estudo legítimo, constituindo-se como um tema exclusivo para especialistas em mulheres, gênero e feminismo.

Recentemente, o balanço historiográfico feito por Flávia Florentino Varella sobre as publicações da revista *História da Historiografia* mostrou que a maioria significativa dos artigos publicados na revista, somando um percentual de 95%, se debruçavam apenas sobre o estudo de autores do sexo masculino. Nesse sentido, podemos dizer que a incorporação da perspectiva de gênero ainda é acompanhada por uma resistência dos pressupostos epistêmicos do campo. Reivindicar a importância das mulheres na história, implica, portanto, de acordo com Scott (1992), em ir contra as definições de história e seus agentes estabelecidos como verdadeiros, exigindo com isso uma reflexão acurada sobre o que aconteceu ou teve importância no passado.

Em relação à União Universitária Feminina, a carência de produções historiográficas sobre sua trajetória faz com que grande parte das informações sobre a agremiação ainda se encontre dispersa em jornais e periódicos. Consideramos aqui “que a visibilidade e importância das questões ligadas ao gênero permitem repensar alguns pressupostos do próprio campo da história da historiografia e da teoria da história” (VARELLA, 2018, p. 228). Assim, acreditamos que estudar a atuação da U.U.F. entre os anos de 1937 a 1945 contribua para identificar nas estratégias adotadas por essa agremiação de mulheres intelectuais um rico tema de análise para compreendermos as dimensões das problemáticas que caracterizaram o período da ditadura varguista, contribuindo para o debate historiográfico sobre a História do Brasil.

Nesse sentido, escrever sobre a História das mulheres e reivindicar a importância destas personagens na história implica em desafiar as autoridades dominantes na profissão e na universidade. Embora os estudos sobre a História das Mulheres envolvam um grande esforço político, nesta pesquisa não tomaremos a História das Mulheres como um simples reflexo do crescimento das políticas feministas externas à academia, seguiremos a perspectiva teórica apresentada por Joan Scott de que “precisamos pensar sobre este campo como um estudo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dinâmico na política da produção de conhecimento” (SCOTT, 1992, p. 66). De acordo com essa perspectiva, a emergência da História das Mulheres como um campo de estudos, não percorreu um caminho linear dentro da disciplina. Considerado ora como um suplemento à história já estabelecida e ora como um deslocamento radical dessa mesma história, ao questionar a ideia intrínseca do homem branco enquanto objeto de representação do ser humano universal, o surgimento desse campo implicou em uma expansão dos limites da própria História.

A fim de superar esses antagonismos colocados, nos deparamos com a exigência investigativa de evidenciar as múltiplas dimensões que abarcaram a atuação acadêmica e feminina dentro da União Universitária Feminina. Nesse sentido, ao nos propormos a esta pesquisa, caminhamos em direção a perspectiva defendida por Rachel Soihet de que para abarcar metodologicamente essa multiplicidade convergimos para a necessidade de focalizar em nossa análise a relação entre os sexos e a categoria de gênero.

Sob este ângulo teórico o termo “gênero” enfatiza o caráter relacional existente entre os sexos, de forma que a compreensão de homem e mulher não pode ser estabelecida por meio de um estudo que considere esses dois polos enquanto categorias analíticas totalmente separadas. Se propor então a estudar a atuação da União Universitária Feminina através de uma perspectiva de gênero, implica em uma forma de indicar “a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). Torna-se, assim, praticamente impossível reivindicar uma identidade isolada da categoria “mulheres”, justificando-se aqui a importância de articular o estudo de gênero com demais esferas de análise. Desta forma, neste estudo localizaremos as questões femininas dentro de um determinado cenário político moldado pelo Estado Novo (1937-1945) e restringiremos essas questões a um grupo específico de mulheres, correspondendo às mulheres intelectuais de um restrito escopo social que tiveram acesso ao ensino superior na época.

Como aponta Soihet, a escassez de “vestígios acerca do passado das mulheres” (SOIHET, 1997, p. 428) se estabelece como um dos grandes problemas a serem enfrentados pelos historiadores na contemporaneidade. Na maioria das vezes essas representações sobre as mulheres não são produzidas por elas próprias e, quando existentes, se baseiam em discursos masculinos que buscavam categorizá-las e delimitar suas ações. Seja nas produções historiográficas, ou nos arquivos públicos, o déficit desses vestígios dificulta o acesso ao passado feminino. Ainda na perspectiva de Soihet, essas dificuldades levam os historiadores a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

adotarem fontes e métodos alternativos que lhes permitam romper a invisibilidade que perdura sobre o tema. Ao buscar essa pluralização metodológica, os periódicos constituem-se por vez como uma fonte privilegiada de acesso a esse passado.

A União Universitária Feminina

Embora o ambiente criado pela chamada “Revolução de 1930” tenha intensificado ainda mais a efervescência política no país, em que vários setores sociais se organizaram em ações que visavam discutir o caminho do progresso e da democracia, o período pós-1937, segundo Capelato (2007), se caracterizou pela introdução de um regime autoritário, orientado por um conjunto de restrições legais, tanto civis quanto políticas. Apesar dos muitos estudos que analisam o Estado Novo (1937-1945) em bases políticas, sociais, econômicas e culturais, podemos dizer que este continua sendo um período enigmático da História do Brasil. No percurso de formação do Estado nacional, o nacionalismo e o autoritarismo se constituíram de forma complementar, como ângulos por vezes distintos, no projeto unificador de criar a nacionalidade por meio de um estado forte e centralizador. Longe de um pleno exercício democrático, o governo de Vargas pós-golpe de 1937, tratava de um “projeto de Estado autoritário, que reconhecia o capital, a propriedade privada e a importância da livre iniciativa empresarial” (GOMES, 2005, p. 205).

No plano das manifestações femininas no Brasil, após as primeiras décadas do século XX passaram a surgir movimentos que se colocavam em desacordo com a pauta feminina centrada na normatividade moralista e “vitoriana” dos papéis de gênero. Diante do acelerado crescimento urbano de muitas cidades brasileiras, o trabalho feminino fora do lar começou a ser discutido na medida em que a mulher passava a ser incorporada no mercado de trabalho e na esfera pública. Nesse sentido, o desenvolvimento dos movimentos de mulheres, acompanhando o processo de urbanização e o surgimento das camadas médias e operárias, adotou diversas formas de atuação frente ao cenário nacional. Como aponta Pinto (2003), não se tratava apenas de um grupo que militou diante às instâncias estatais, recorrendo a meios legais de luta pelos direitos, mas também envolvia uma complexa estratégia de organização que buscava ampliar sua base de apoio e espalhar suas reivindicações pelo país.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Essas lutas femininas, em um primeiro momento, objetivavam assegurar a cidadania em níveis mais básicos, seja nos movimentos organizados ou nas lutas das mulheres que enfrentavam sozinhas as exclusões da lei. Em relação aos movimentos organizados, em 1922, na ocasião do I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, nasceu oficialmente a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (F.B.P.F.), que ficaria conhecida na época como a mais importante organização brasileira em defesa dos direitos das mulheres. Essa fase do movimento, sob a influência dos ideais europeus e norte-americanos, teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos e estendeu-se até 1932, quando, já durante o governo Provisório (1930-1937), as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto. Durante esse período, devido à grande influência política e econômica do núcleo do grupo, composto por um caráter significativamente elitista, as ações da F.B.P.F. conseguiram ganhar espaço entre alguns partidos políticos da República.

A postura reformista do movimento, “vinculada às aspirações de ascensão social dos estratos médios da sociedade” (SAFFIOTI, 1976, p. 271-272), permitiu uma larga difusão dessas pautas em todo território nacional. A ação da F.B.P.F. se desenrolou com o objetivo de obter uma expansão da estrutura capitalista no Brasil, de modo que a emancipação econômica da mulher era vista como uma das vias para se extinguir as desigualdades entre os sexos. Essas mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs sem alterar necessariamente a posição do homem na estrutura social, classificando-se, portanto, como uma face “bem-comportada” do feminismo brasileiro. Embora preocupando-se majoritariamente com problemas imediatos, não há dúvidas de que esse movimento desempenhou uma importante função no que diz respeito ao despertar da consciência da mulher, sendo responsável por inocular em boa parcela das mulheres a aspiração pela libertação e pela emancipação através do trabalho.

De acordo com Pinsky (2011), como a educação profissional e o investimento em uma carreira eram bem menos valorizados para as mulheres do que para os homens, o discurso de caráter liberalizante dessas feministas tinha como principal pauta as dificuldades que as mulheres enfrentavam para ingressarem no mundo do trabalho e se firmarem profissionalmente. É nesse cenário que, sob os auspícios da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, no dia 13 de janeiro de 1929 nasceu a União Universitária Feminina. Com sede no Rio de Janeiro, a nova agremiação cumpriria com os fins de estimular a mulher brasileira a adquirir o preparo superior, oferecendo amparo às jovens moças desejosas de fazê-lo e prestando auxílio às

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mulheres diplomadas na realização de suas carreiras. A U.U.F. defendia, portanto, o objetivo de zelar pelos interesses femininos nas profissões liberais, desenvolver a intelectualidade feminina brasileira e colaborar na solução dos problemas relacionados com o progresso nacional e internacional.

A Diretoria da U.U.F., eleita a cada dois anos, era composta por uma presidente, duas vice-presidentes, uma secretária e uma tesoureira e pelo conselho diretor, composto de cinco membros, escolhidos pela diretoria. O corpo social era estruturado pelas sócias efetivas, correspondente às mulheres diplomadas pelas universidades especificadas no regimento interno da União, e pelas associadas, que englobavam as alunas dessas mesmas universidades e escolas e mulheres diplomadas por estabelecimentos de ensino técnico superior que estavam de acordo com as exigências do regimento interno. A União Universitária Feminina manteve suas atividades até o ano de 1961, momento a partir do qual a agremiação passou a ser denominada como Associação Brasileira de Mulheres Universitárias.

Embora a União fosse uma instituição filiada à F.B.P.F, nem de longe esta recebeu tanta visibilidade quanto sua instituição de origem. A ausência de trabalhos acadêmicos sobre o tema faz com que as informações sobre a U.U.F. se encontrem de forma dispersa em jornais e periódicos da época, gerando um considerável desconhecimento sobre suas atividades e formas de atuação. No caso deste trabalho, o contato com a agremiação se deu inicialmente através de uma pesquisa de Iniciação Científica³ sobre a história das mulheres intelectuais no Brasil, onde tivemos como objeto a trajetória de Lêda Boechat entre os anos de 1935 a 1945. Dada às dificuldades que Lêda Boechat encontrou para se afirmar intelectualmente, em contraposição ao prestígio atribuído à carreira do esposo José Honório Rodrigues, ao analisarmos a relação entre academia e feminino conseguimos encontrar vestígios de sua participação como sócia da União. Chamou-nos atenção a carência de relatos sobre a agremiação, de forma que iniciamos um trabalho de busca por fontes que nos fornecessem informações sobre suas características.

Durante esse processo de buscas nos deparamos com a Revista de Cultura e Técnica, órgão oficial da U.U.F. ativo entre os anos de 1937 e 1939. Disponível nos acervos da Biblioteca

³ (PIVIC-1S: mar. 2019 – out. 2019/ PIP-1S: nov. de 2019 – fev. 2020).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Mario de Andrade⁴ e da Biblioteca Nacional⁵, a revista destinava-se a divulgar, entre as associadas, matérias e notícias sobre a União.

Ao analisar as fontes podemos notar que o cenário político se constituirá como um plano central nas articulações entre academia e feminino, reforçando assim a necessidade de pensarmos paralelamente esses pilares. Essa questão pode ser observada no discurso empreendido por Lêda Boechat no Chá da Vitória, cerimônia de formatura das associadas:

Cheio de apreensões é, para nós, o momento que passa. Quando, há cinco ou seis anos, ingressamos na Universidade, as concessões às reivindicações femininas estavam descrevendo uma curva ascensional [...] então, minhas caras colegas, como poderemos, agora, dizer da nossa expectativa face à vida profissional que iremos iniciar, vendo que aquela curva ascensional de que falámos não só estaciona, mas se vai tornando numa curva descendente? A margem do texto constitucional, não sendo estabelecidas diferenças de tratamento que se não justificam. Simples editais vão distinguindo onde a Carta Constitucional não distinguiu... (BOECHAT, 1939, p. 23).

O fato de os anos de atividade da revista coincidirem com os da ditadura varguista possibilitou-nos formular algumas perguntas sobre sua atuação. Após 1932, posteriormente a conquista do voto feminino, o movimento feminista no Brasil passou por um momento de retrocesso que se estendeu até os primeiros anos da década de 1970. Durante o período inicial do Governo Provisório, parte desses movimentos mantiveram algumas atividades pontuais de atuação, entretanto, com a oficialização do Golpe de 1937, as manutenções dessas atividades foram substancialmente comprometidas.

Caracterizado como um período de alta centralização do poder político e acompanhado também pela centralização do poder simbólico, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o Estado Novo exerceu um intenso controle no campo ideológico. Além disso, na situação de resistência ao autoritarismo do Governo Vargas, a luta da mulher difundiu-se entre as demais lutas sociais de

⁴ Periódicos especiais da Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo.

⁵ Acervo da Biblioteca Nacional. Localização: Periódico: REVISTA DE CULTURA E TECNICA. [S.l.: s.n.]. Desconhecida. Rio de Janeiro.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

resistência à ditadura e pela defesa da democracia, fenômeno que diverge da manutenção das atividades da União.

Esses problemas nos levam então a pensar qual seria a relação que se estabeleceu entre a U.U.F. e o Governo Vargas durante o Estado Novo, e como o Estado Novo interferiu nas estratégias de atuação da União Universitária Feminina. Nesse sentido, ao articular os eixos entre academia, feminino e política, a temática específica desta pesquisa reside em compreender, através da atuação da U.U.F., como a questão de gênero foi abordada pelas mulheres brasileiras no ambiente acadêmico durante os anos de vigência da ditadura varguista (1937-1945). Para tal, por meio de jornais e periódicos, analisaremos as atividades dessa agremiação a fim de identificar as estratégias por ela adotadas, tendo como principal objeto de análise as publicações da *Revista de Cultura e Técnica*.

Considerações finais

De acordo com a bibliografia consultada, notamos que se estabelecem algumas inquietações em relação a existência da União Universitária Feminina durante os anos de vigência da Ditadura Vargas (1937-1945). Além de ter se constituído como um período caracteristicamente marcado pelo autoritarismo do governo e pela repressão das manifestações sociais, ao analisar a história do feminismo no Brasil, observa-se que o cenário do Estado-Novo também foi caracterizado enquanto um momento de significativa recessão dos movimentos de mulheres. Esses elementos apontam, dessa forma, para existência de alguns fatores que justifiquem a manutenção das atividades da agremiação neste período.

Nossa hipótese, portanto, é de que a atuação da U.U.F. persistiu durante a ditadura varguista porque a agremiação, dada as circunstâncias machistas e patriarcais da época, pouco tocava em discussões políticas que chamavam a atenção das instâncias governamentais de forma significativa, que preocupavam-se apenas com “homens perigosos e subversivos”. Embora a União tenha tocado em pontos importantíssimos para a questão da democracia no Brasil, em especial a emancipação econômica das mulheres, o direito ao voto, a educação feminina e direitos no campo legal, o Estado Novo ignorou a questão feminina, criando uma brecha fundamental para que a crítica ao regime pudesse ser formulada como uma crítica ao machismo, associado a outras problemáticas sociais que pudessem ser compreendidas como de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“oposição ao governo”. Nesse sentido, seja por ser um feminismo voltado a uma determinada elite econômica e intelectual, ou por motivos que ainda serão explorados nesta pesquisa, as discussões não entravam necessariamente em dissonância com as esferas estatais, de modo que as atividades da União puderam ser mantidas sem muitas alterações.

REFERÊNCIAS

ARTIGO 2 - ESTATUTOS DA UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA E SEUS FINS. *In*: A UNIÃO Universitária Feminina. **O Paiz**, Rio de Janeiro, edição 16163, 20 de jan. 1929. p. 12.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo** / organização de Joge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil republicano; v. 2).

FUNDOU-SE a União Universitária Feminina. **A noite**, Rio de Janeiro, edição 06164, 14 de jan. 1929. p. 5.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. Ouro Preto: **História da Historiografia**, v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, - DOI: 10.15848/hh.v0i28.1414.

PEDRO, Joana Maria. relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea **Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. *In*: **História das mulheres no Brasil** / Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos) 10. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da sociedade disciplinar: Brasil 1890-1930** / Luzia Margareth Rago. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos brasileiros; v. 90).

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: **História das mulheres no Brasil** / Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos) 10. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**; prefácio /de/ Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In: A Escrita da História: novas perspectivas*/ Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Unesp, 1992. – (Biblioteca básica).

VARELLA, Flávia Florentino. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018). **História da Historiografia**, v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 219-265 - DOI: 10.15848/hh.v0i28.142

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: Uma Configuração do Campo Intelectual. *In: OLIVEIRA, Lúci Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade).